



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 04/09/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 13ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão do ano de 2023. Esta audiência tem como objetivo atender ao Requerimento 15/2023, de autoria do Vereador Atílio Francisco, para debater a as penalidades referentes ao horário de funcionamento dos bares e restaurantes na cidade de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/> e pelo YouTube e Facebook e da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para essa audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 23/08/2023. As inscrições para pronunciamento por videoconferência foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 23/08/2023 através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, na internet.

Declaro abertas as inscrições para pronunciamento presencial junto à secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência: Secretária Municipal de Segurança Urbana, Sra. Elza Paulina de Souza, representada, neste ato, pelo Sr. Wilson; Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Soninha Francine; Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sr. Carlos Bezerra Jr; Secretário Municipal das Subprefeituras, Sr. Alexandre Modonezi; Coordenador de Posturas Urbanas (COPURB) da Secretaria das Subprefeituras, Sr. Guilherme Prendes Borges Higa; Diretor do Programa de Silêncio Urbano (PSIU), Sr. Leandro Fonseca Campos; Subprefeito da Sé, Coronel Alvaro Batista Camilo, está presente? Ou alguém para representá-lo? Subprefeitos da Vila Mariana, Sr. Luís Felipe Miyabara, representado pela Sra. Beatriz da Costa Zernik, está presente? Alguém para representar? Está *on-line*, informação.

A SRA. BEATRIZ DA COSTA ZERNIK – Estamos *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado. Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, CPDU, Emília Regina Rossoni de Barros, Supervisora de

Fiscalização.

A SRA. EMÍLIA REGINA ROSSONI DE BARROS – Estou presente, estou *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado. O Subprefeito de Pinheiros, Sr. Leonardo William Casal Santos, acompanhado do Sr. Edgard Minoru Nagano, Chefe de Gabinete. Presente? Por favor, componha a Mesa. O Coordenador de Vigilância em Saúde – Covisa, Sr. Luiz Artur Vieira Caldeira, acompanhado do Sr. Manoel Bernardes Pereira, Diretor da Divisão de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde e do Sr. Giuliano Michel Mussi, Diretor Regional de Vigilância em Saúde – Centro. Alguém presente ou representando? O Diretor Presidente da SP Regula, Sr. João Manoel da Costa Neto, representado pelo Gerente de Iluminação Pública do SP Regula... o João Manoel está presente, está *on-line*? Ou o Sr. Maurício Nastari e pelo Gerente de Saneamento Ambiental, Sr. Mauro Haddad. O Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Coronel PM Cássio Araújo de Freitas, representado pelo Coronel PM Marcelo Gonçalves Gaspar, da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos da Polícia Militar. Presente, por favor faça parte da Mesa. O Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo, Dr. Artur José Dian, representado pelo Delegado Dirceu Gelk Júnior, da DPPC, por favor, doutor. O Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana, Inspetor Superintendente Agapito Marques, representado pelo inspetor Wilson Batista, ok. O Presidente da CET - Sr. Jair de Souza Dias, representado pelo Sr. Helson Gonçalves Jr., Gerente de Engenharia de Tráfego Centro Norte. O Presidente da Seccional São Paulo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel, Sr. Joaquim Saraiva de Almeida. Presente? *On-line*? Representado pelo Diretor Executivo Leonardo Ramos e pelos conselheiros Luisa Saliba e Léo Henry. (Pausa) Percival Maricato, Leonel Paim, presentes? *On-line*. O Presidente do Sindicato de Restaurantes, Bares e Similares de SP – SindResBar, Sr. Wilson Luís Pinto, representado pela advogada do Sindicato, Dra. Fernanda de Almeida Menezes. O Vice-Presidente do SindResBar, Nei Jorge Feniar também está presente. (Pausa) Por favor. O Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Dr. Roberto Mateus Ordine, representado pelo Dr. Antônio Carlos Pela, Vice-Presidente da ACSP e Coordenador do CPU Conselho de

Política Urbana da ACSP. Sr. Gabriel Moraes Basila, representando do Movimento Bares em Defesa do Centro. (Pausa) Não está presente. Sr. Igor Galvão de França, representante do Comitê Popular do Centro e Adjacências. Além desses, estão presentes os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral. Consta em minha relação o nobre Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto, e o nobre Vereador Isac Felix.

Assim, declaro iniciada mais esta audiência pública, graças a Deus.

O objetivo desta audiência é debater as penalidades referentes ao horário de funcionamento dos bares e restaurantes na cidade de São Paulo.

Uma das coisas fundamentais é que tudo tem que ser feito dentro do consenso de justiça. Nada pode ser feito além daquilo que é conveniente para o bom andamento, principalmente para a coletividade da nossa gloriosa e poderosa cidade de São Paulo.

Agradeço a presença de todos e já abro a palavra para as pessoas inscritas.

- Pausa.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Luís Castro, da Cura São Paulo, primeiro inscrito.

O SR. LUÍS CASTRO – Obrigado. Bom dia a todos. Antes de a gente falar das questões de penalidades dos bares e restaurantes, eu me apresento aqui. Eu faço parte de algumas reuniões dos Consegs. Venho falar aqui em nome de alguns moradores da região do Brooklin, do Campo Belo, da Vila Olímpia e de Moema.

Antes de falarmos sobre penalidades, eu acredito que seja por algumas questões de incomodidade de alguns estabelecimentos que infringem inúmeras regras e leis. Mas, com base nisso, a gente não tem como não abordar a questão do silêncio. Como urbanista, vejo também a questão de onde esses bares e restaurantes acabam extrapolando as áreas de sua atuação, não só invadindo calçadas, mas invadindo ruas, prejudicando até quem paga o seu IPTU. A gente tem um grande problema, referente à questão de deficientes, que acabam sendo prejudicados, porque não conseguem caminhar pelas calçadas por essa invasão.

Eu acredito que o maior problema de tudo isso não seja nem a penalidade. Pode ser

a penalidade que for, mesmas, se não há fiscalização... Colecionar 156, protocolos, colecionar 190 e mobilizar a Polícia, onde ela tem as suas prioridades - com inúmeras outras sugestões que já foram feitas não só aqui, mas também por meio do 156 e outras reuniões de grupos e associações - eu queria entender onde é que a gente consegue melhorar.

Eu participo de uma reunião do Conseg do Campo Belo, onde sou um representante do PSIU e eu tive uma informação de que havia oito funcionários para a cidade de São Paulo inteira na parte da noite e quatro, na parte da manhã. Como é que a gente consegue falar em penalidade se não há pessoa para fiscalizar? Sei que foi protocolado também um projeto de lei para que o Conseg tivesse um acesso maior e pudesse direcionar esses pedidos de PSIU, mesmo sendo uma secretaria atrelada à Segurança do Estado e não do município, mas também a gente também tem uns conselhos participativos e os pedidos para as subprefeituras. Muitas vezes, eles acabam se perdendo e a população acaba sendo prejudicada.

Outro ponto sobre isso é que, quando a gente fala sobre penalidades para de restaurantes e bares, há um excesso de eventos nas ruas. Isso também prejudica, porque são incansáveis as reclamações de moradores nessas regiões, das quais eu estou falando, com propriedade, e não aguentam mais a questão do excesso de eventos em determinadas praças e ruas e as Prefeituras acabam liberando os alvarás de funcionamento, por meio de emendas parlamentares, sempre de alguns poucos e os mesmos Vereadores, não priorizando as reais necessidades.

Se a gente tivesse, de alguma forma, por meio desse debate, algo de concreto, faria total sentido, porque a penalidade não é só esse ponto, mas também a questão da fiscalização. Como é que a gente vai penalizar alguém se a gente não consegue fiscalizar

Falo com propriedade, porque nas próximas reuniões, nosso amigo e Subprefeito Leonardo, vai receber um monte de demandas, de protocolos que não foram atendidos; o Luiz também, da Vila Mariana, temos uma grande quantidade de protocolos que não foram atendidos; então gostaria de deixar nosso pedido para que a fiscalização, se ela realmente ocorrer, não sei se com aumento de fiscais também do PSIU, o parto que é quando nós fazemos 190 e não

conseguimos ter uma pessoa para isso. Entendemos que o 190 tem suas prioridades, mas precisamos ter a fiscalização em cima disso. Sem a fiscalização, podemos ter a penalidade que for, mas vivemos num lugar de muita impunidade.

Já presenciei situações extremamente desagradáveis, onde em alguns casos, o carro passa, olha, e diz que nada aconteceu. Então temos relatos muito graves e muitos sérios sobre isso. Acho que a fiscalização não é só em cima do estabelecimento, mas em cima também daqueles que fiscalizam. Sabemos que o cobertor é curto, mas se estamos aqui para debater, imagino que seja para podermos ampliar a solução, principalmente, na questão da fiscalização.

Há uma dificuldade muito grande ainda em relação às respostas aos protocolos que não são atendidos, enfim, a nossa orientação nas reuniões dos conselhos comunitários de segurança é: sempre faça boletim de ocorrência e sempre tenha o protocolo do 156 para que, naquela reunião mensal, possamos dar encaminhamento para a Subprefeitura. E, mesmo assim, chegando nesse momento, esses pedidos não são atendidos.

E vejo também que há um exagero de eventos públicos nas mesmas praças e nas mesmas ruas onde esses moradores não aguentam mais e é simples “Que é uma questão de movimentar a economia e que é um evento cultural”. Mas o evento, mesmo da pior qualidade, ele é cultural. Os mesmos contratados para eventos de diversos bairros são culturais, mas são as mesmas pessoas, ou seja, vemos que tem uma "máfia" sendo formada em cima disso.

Li todos os relatórios da Transparência 22 e 23, as mesmas pessoas aparecem em todos os bairros, nos mesmos lugares, e com cachês diferentes. Para quem nós reclamamos sobre isso? Acho que é uma questão que também faz parte para se ter a fiscalização mais efetiva e podermos construir um bairro melhor. Porque falar em urbanismo, tirando o sossego dos outros, realmente, na minha faculdade - na qual estudei quatro anos - isso não faz parte de nenhum livro.

A invasão das calçadas que tem de uma forma extremamente absurda também não faz parte dos nossos livros. A invasão dos decks, onde hoje não conseguimos estacionar. Hoje percebe-se as pessoas tomando suas bebidas na rua, com a banda do lado de fora, eu não sei,

infelizmente, venho falar de uma forma muito triste, mas é um assunto de extrema importância e, assim, espero que, através dessa audiência, hoje, consigamos colher bons resultados. Fico à disposição e obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito bem. Próxima oradora inscrita é a Sra. Rosy, assessora do nobre Vereador Paulo Frange, ele que gostaria de estar presente, mas por compromissos anteriormente assumidos não pode comparecer. Então, Sra. Rosy, por favor, tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. ROSYMARI MISSAE SANDAY – Bom dia a todos. O Vereador Paulo Frange sugeriu, num projeto que está na sua Relatoria, Vereador, que é o PL 847/2013, que discute a maneira de cobrar a multa pelo silêncio urbano, que “a) multa de R\$2.000,00 (dois mil reais) para estabelecimentos que possuem metragem inferior ou igual a 20 m²; b) para estabelecimentos com mais de 20 m² calcular-se-á o valor da multa tendo por base o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e acrescentando R\$100,00 (cem reais) por metro quadrado sobressalente”.

Num outro dia, o Vereador ponderou que a maioria dos estabelecimentos que causam esses transtornos abrem uma garagem de 5 x 5m ou qualquer outra metragem, e as pessoas ficam na rua. Se a maioria dos estabelecimentos é inferior a 20 m², como cobrar uma multa? Hoje é um grande dilema. Mesmo que retorne a cobrança de multas em valores fixos, como, por exemplo, de 50 mil não importando o tamanho do estabelecimento, pela lei administrativa, não se pode multar em valor maior do que a pessoa pode suportar. Nesse caso, a multa cairia. Então, como fazer cumprir a lei se há uma outra que estabelece que essa está errada?

Hoje eu falava com o Vereador Bispo Atílio como eu me sinto muito feliz de ver, primeira vez, acontecer nesta Casa uma reunião composta por todas as cabeças de todos os departamentos para se discutir o assunto e aproveitar esse projeto. O que nós vamos fazer se não é possível multar pela metragem nem multa fixa? Qual vai ser a maneira? É isso que a gente precisa discutir hoje.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Como eu não quero estabelecer uma

sequência, mas de acordo com a representatividade da Mesa, coloco o microfone à disposição do Delegado Dirceu Gelk Júnior para seus comentários a respeito do projeto e se acha que há possibilidade de apresentar melhorias.

Tem a palavra, doutor.

O SR. DIRCEU GELK JÚNIOR – Bom dia. Primeiramente cumprimento o Vereador Atílio, em nome de quem cumprimento os integrantes da Mesa e todos os presentes, inclusive os participantes pelo modo virtual.

Estou aqui representando o Delegado-Geral de Polícia e honrado em participar de uma audiência que propõe um debate muito importante para a cidade de São Paulo. Todas as informações que eu obtiver aqui serão repassadas à Delegacia-Geral, com a certeza de que a Polícia Civil e todas as instituições que influem para o bem-estar comum e o desenvolvimento social da cidade de São Paulo participarão de forma efetiva e, cada uma com sua atribuição, dispostas evidentemente a colaborar em todos os aspectos.

Eu agradeço o convite e reitero, mais uma vez, a honra de participar e de poder levar adiante essa informação do que vai ser debatido aqui e do quanto poderemos participar.

Muito obrigado. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito bem.

Inspetor Superintendente Wilson Batista.

O SR. WILSON BATISTA – Bom dia a todos.

Estou aqui representando a nossa Inspetora Superintendente Elza Paulina de Souza, Secretária Municipal de Segurança Urbana; o nosso Comandante-Geral da Guarda Civil Metropolitana, Inspetor Agapito Marques.

A Guarda Civil atua em toda a cidade, com todas as 32 subprefeituras, com todos os órgãos de segurança da cidade em ações planejadas, de forma a colaborar para o cumprimento das demandas da administração municipal. E nós nos colocamos à disposição para acompanharmos os agentes da subprefeitura, do Silêncio Urbano em todas essas missões.

Então, fiquem à vontade para nos acionar tanto para a reunião acerca do

planejamento como para as ações conjuntas.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Quero também agradecer a presença do nobre Vereador Roberto Tripoli, de forma *on-line*.

Próximo, nobre Coronel Marcelo Gonçalves Gaspar.

O SR. MARCELO GONÇALVES GASPARGASPAR – Muito bom dia a todos.

Estou aqui representando o nosso Comandante-Geral, Coronel Cássio Araújo de Freitas.

E, por parte da Polícia Militar, o que eu tenho a fazer aqui é sempre nos colocar à disposição. A Polícia é acionada justamente quando há o problema daquele bar, daquele restaurante ou daquele comércio, que está causando uma perturbação do sossego público.

Então, eu me coloco à disposição, porque todas as vezes em que vamos a esse tipo de ocorrência, precisamos do apoio da Prefeitura. No atendimento até o local, normalmente, o dono do estabelecimento se compromete a não mais incomodar com aquele barulho, abaixando o volume do som ou retirando as pessoas do local indevido. E, se não houver realmente uma imposição de penalidade ou o fechamento daquele bar porque os chamados são constantes, quando o policial militar sai da ocorrência, o barulho volta a acontecer.

E o nosso amigo ali, morador do Brooklin, Campo Belo, bem disse que a demanda, para a Polícia Militar, para o 190, hoje está gigantesca. Para os senhores terem uma ideia, só de janeiro a julho deste ano, a Polícia Militar atendeu, no Estado de São Paulo, mais de 12 milhões de chamadas 190. Então, realmente o cobertor é curto e quando não termos nenhuma ocorrência que gere risco à vida naquele momento, enviamos, sim, a viatura. Ela está sempre à disposição. Só que quando a viatura chega ao local passa por essa situação de resolver o problema naquele momento. Para uma solução do problema mais abrangente precisaríamos da atuação de uma fiscalização por parte da Prefeitura.

E como disse, nas palavras do nosso amigo da GCM, estamos sempre dispostos e sempre à disposição para as operações conjuntas, que envolvem a GCM, Polícia Militar, Polícia

Civil e as subprefeituras, para que possamos efetivar essas fiscalizações, de minha parte é isso. E me comprometo também a levar aquilo que for decidido nesta audiência ao Comando Geral da instituição para nos colocarmos à disposição nos próximos grupos de estudo, dos trabalhos que serão resultado desta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Pela ordem, nobre Vereador Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Eu posso me pronunciar ou tenho de entrar em uma inscrição? Não consigo ver o telão.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Nobre Vereador, eu não criei critérios para a condução desta audiência pública. E V.Exa., como é conhecedor muito específico desse processo, V.Exa. trabalhou muito, lutou muito para que regras fossem instituídas na cidade de São Paulo, que pudessem regularizar essa questão de ruídos, barulhos, etc. Então, V.Exa. tem cinco minutos para sua fala, por gentileza.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Muito obrigado, Presidente, na pessoa de V.Exa., cumprimento todos os membros da Mesa, autoridades presentes, Vereadores, vejo que o Percival está de olho na reunião. E o Percival tem memória como eu, porque ele deve ter a minha idade, quando nós criamos o Psiu, foi com dotação orçamentária própria, com viaturas. Na época, o Percival lembra, não tinha nenhum equipamento decibelímetro na Prefeitura. Quer dizer, eles não tinham nem como medir a questão do som.

Então, a nossa legislação criou o departamento subordinado à Secretaria do Verde e Meio Ambiente e com muitos decibelímetros e muitas viaturas. Qual o conceito? O conceito é que a pessoa tem o direito de se divertir à noite, na boate, e as pessoas têm o direito de descansar e dormir. Como fazer isso? Com acústica. Foi isso o que aconteceu. Então, todo bar e restaurante que naquele momento fazia um ruído muito alto era obrigado a fazer a acústica e

assinar o proprietário do imóvel e também o engenheiro que fez a acústica, que de fato está dentro das normas.

O ruído incomoda muito, não só incomoda como interfere na questão econômica da cidade. A pessoa que dorme e não descansa a mente não produz direito. O número de repetência na escola em locais com ruído alto é muito alto. Quer dizer, é uma questão de saúde pública, é uma questão do direito ao sono.

Então, queria dizer a todos vocês que o que falta é vontade política, porque nós temos o apoio de toda a Polícia Militar, da Guarda Civil Metropolitana, da Polícia Civil, mas não é possível nós termos oito agentes vidores para trabalhar na madrugada e quatro durante o dia; e sem equipamento.

Então, uma sugestão, Sr. Presidente: como a Comissão de Finanças e Orçamento, da qual nós fazemos parte, discute a questão financeira, que nós possamos colocar no Orçamento de 2024 dinheiro para a compra de viaturas e contratação de pessoal, porque a Polícia Militar pode apoiar o agente vistor, mas ela não vai lá multar; a Polícia Civil pode investigar algum crime, mas também não vai multar. E eu acho que nós precisamos mexer no bolso mesmo, não há outra saída. Não adianta 20m², 100m². Não pode fazer ruído, é o direito de dormir e o direito de o comerciante também ganhar dinheiro. Para isso, que faça a acústica.

Nós tivemos problemas seriíssimos com as igrejas, o Vereador Atílio se lembra disso. Nós entramos na justiça para fechar algumas igrejas, enfim, mas hoje as igrejas têm a sua acústica e a forma que eles chegam à madrugada, enfim. Nós precisamos administrar essa questão. Eu acho um crime sinceramente, desde quando nós criamos a Lei do Psiu, no governo do Paulo Maluf, e foi o Zulauf o primeiro Secretário do Meio Ambiente que assumiu o PSIU.

E me parece, eu não tenho certeza, que o PSIU não está mais no Verde e Meio Ambiente, mas está na Subprefeitura. Quer dizer, é uma falta de centralizar o poder, mas com oito agentes vidores não dá.

Eu acho que existe a legislação, existem regras para essa questão, mas falta vontade política, como o Serra fez com a Cidade Limpa, como a Luiza Erundina, na época em que eu fiz

o PSIU, também colaborou; como o Paulo Maluf também colocou as viaturas na rua. Enfim, tem que somar ao poder privado, à sociedade civil e entrar num acordo, que é o seguinte: Eu quero ter o direito de dormir e vocês têm o direito de ganhar dinheiro.

Só para encerrar, Presidente, eu comecei com esse trabalho pela Vila Madalena, onde havia uma aposentada que herdou uma casa pequena, geminada, e o vizinho dela alugou a casa ao lado e fez ali um bar. Imaginem vocês o que essa senhora aposentada passou, não podia mudar e ficava a madrugada toda com o som no ouvido. Imaginem o desespero dessa senhora. Foi então que nós começamos a pesquisar as normas nacionais, internacionais, enfim, e chegamos às regras.

Regras existem, o que falta é vontade política de coloca-las em prática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Vereador. Registro a presença do Sr. Maurício Nastari, representando a SP Regula.

Aproveitando que V.Exa. está presente *on-line*, pode se manifestar, por favor.

O SR. MAURÍCIO NASTARI – Bom dia a todos.

Agradeço o convite; e estou à disposição para tudo que esta Mesa determinar.

Contem com a SP Regula, e toda a nossa força, para tentar chegar a um equilíbrio.

Como o nobre Vereador Roberto Tripoli disse, é importante aplicar as leis.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Também está presente o Sr. César Ferreira, da Associação Paulista de Bares, Restaurantes, Eventos, Casas Noturnas.

Tem a palavra o Sr. Leonardo Casal, Subprefeito de Pinheiros.

O SR. LEONARDO WILLIAM CASAL SANTOS – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Vereador Bispo Atílio; e agradecer pelo convite para discutir um assunto tão importante, não somente para a região de Pinheiros como para a cidade de São Paulo.

Nós, que fazemos gestão na ponta, na subprefeitura, debatemos e sentimos isso na pele, no nosso dia a dia, em nosso trabalho. Temos a colaboração de muitos proprietários de

estabelecimentos e também de pessoas ligadas às associações, mas o pequeno número de proprietários que não seguem a lei, o barulho e a incomodidade que eles causam, faz parecer que eles são a maioria.

É uma pena que o Lucas, do Conseg do Brooklin ter ido embora, porque ele já me ouviu falar algumas vezes nas reuniões de Conseg, e em todas as [demais] reuniões que fazemos.

Nós, do Poder Executivo, seguimos as leis, que são debatidas e criadas nesta Casa; mesmo porque eu fui funcionário desta Casa por seis anos e sei da importância dos debates que aqui acontecem. Então, o posicionamento do Lucas como cidadão seria muito importante para nós neste debate.

Não sei se já posso entrar no debate ou se agora é somente para saudações.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Fique à vontade.

O SR. LEONARDO WILLIAM CASAL SANTOS – Há uma coisa que eu estava conversando com a Rose, que é uma preocupação dela, que nós estávamos pensando, e eu acho que esse momento é muito oportuno para esse debate: quanto à questão das notificações e das multas, não sei se podemos – Rose, como vocês são advogados, e eu não – fazer a aplicação da multa concomitantemente ao proprietário da construção, para que se transforme em corresponsável em relação a quem ele aluga o imóvel. Isso porque, muitas vezes, nós multamos somente o proprietário do estabelecimento, como a Rose falou, por algumas razões – uma lei a cancela a outra, ou vice-versa –, mas o proprietário da casa, a pessoa que tem o IPTU, ou a empresa, não é responsável para quem ele alugou. Acho que, se pudermos torna-lo responsável também, seria uma forma de começarmos a controlar um pouco melhor essa situação, porque tem se tornado muito comum, principalmente, após a pandemia, e, com o aparecimento dos *parklets* fora dos estabelecimentos, começou a se tornar muito comum a abertura de pequenos estabelecimentos pela cidade inteira, principalmente, na periferia, o que acontece com os pancadões e você serve o seus clientes na rua.

Então, a preocupação do Vereador Paulo Frange vem muito a falar com a nossa

preocupação, Vereador, porque é isso: se a gente vai multar pela metragem, ele tem uns cinco metros quadrados de estabelecimento, e, às vezes, mais de cem pessoas na rua, sendo servidas. Essa dificuldade também nos é imposta.

Eu quero responder um pouco para o Lucas que, repito, infelizmente, foi embora, que, no domingo retrasado aconteceu em São Paulo o concurso para novos Agentes Vistores, porque agora a carreira mudou e se chama Fiscal Municipal de Posturas. O último concurso foi feito pela cidade em 2013, se não me engano, então, a gente deve ter uma nova turma chegando para melhorar não só nas Subprefeituras, mas, também, no PSIU a quantidade de funcionários.

Ver aqui a preocupação do Vereador Roberto Tripoli quanto à questão da designação financeira para um departamento tão importante também me deixa muito tranquilo e feliz.

Então, saber que, Vereado Atílio, vão discutir isso e botar na rubrica do PSIU uma quantidade maior de dinheiro para eles poderem atuar, para a gente também na ponta facilita e ajuda muito.

Mais uma vez, obrigado pelo convite, Vereador, conte com a gente na Subprefeitura sempre que preciso for.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito obrigado, meu querido Subprefeito Leonardo Casal.

Agora, o próximo será o Guilherme Mendes, representante do PSIU. Quero abrir o tempo de cinco minutos para sua fala.

O SR. GUILHERME MENDES – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite, Vereador. Eu sou coordenador de Posturas Urbanas. O PSIU fica dentro de Posturas Urbanas. A coordenadoria fica dentro de SM Subs, a despeito do que o nobre Vereador Tripoli já havia comentado, hoje, o PSIU está dentro da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

A gente está aqui para ajudar, dentro do que for possível, da nossa competência técnica. É um assunto bastante complexo porque, como já foi falado pelo Subprefeito Leonardo, a questão da metragem, talvez, não seja a melhor estratégia porque, em alguns

estabelecimentos, você tem o uso externo da área pública.

Então, a gente tem que pensar em uma alternativa que seja mais viável na aplicação de penalidade e que não seja injusta nem para o pequeno comerciante nem deixando de aplicar uma autuação que realmente traga algum dano ao estabelecimento, para ele saber que ele tem que cumprir a legislação.

A nossa função, como equipe de fiscalização, é sempre tentar fazer com que as leis sejam cumpridas. O objetivo é deixar a sociedade num ambiente mais confortável para viver, sem a incomodidade de ruídos. Acho que é importante a gente ter um incremento na fiscalização. Hoje, realmente, ela precisa de um aumento da equipe. Houve o concurso, a gente está aguardando o resultado, para a gente poder ver como vai ficar a situação do PSIU, no momento.

É isso. A gente se encontra aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Ok. Obrigado, Guilherme. Também está presente o Sr. Leandro, Diretor do PSIU. Se quiser se manifestar, falar, complementar.

O SR. LEANDRO FONSECA CAMPOS – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite a nós pela participação nessa discussão, que sempre é muito válida. Qualquer alteração, qualquer necessidade da municipalidade, a gente tem que participar.

Praticamente todos já falaram as partes importantes, os representantes dos munícipes, assim como a representatividade dos bares. Esses são os dois lados afetados. Sempre procurando minimizar toda essa problemática.

O Subprefeito já citou, é uma parte importante a ser informada, que a municipalidade autorizou concurso e, no dia 27 último, já foi feita a realização da prova para os novos fiscais de Posturas do município. A previsão é de que logo teremos um aumento do quadro. Já temos também início do processo da compra de equipamentos e aumento de toda a efetividade para atender a essas necessidades.

O departamento se encontra à disposição para qualquer discussão, que é sempre muito bem-vinda.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Ok. Obrigado.

Com a palavra o Sr. Nei Jorge, do Sindicato de Bares e Restaurantes, por gentileza.

O SR. NEI JORGE FENIAR – Bom dia a todos. Queria, em nome do Presidente, agradecer a oportunidade de estar aqui hoje.

Eu acho que temos de ter alguns cuidados. Quando se fala em bar e restaurante, tem muita gente que está na clandestinidade também e acaba repercutindo para todo mundo. Por isso, gente, acho importante esse debate que a gente está tendo agora, hoje, mas com algumas ressalvas. A gente tem que ter alguns cuidados de fato.

Eu acho que a grande maioria dos bares e restaurantes de hoje, eu como Vice-Presidente do Sindicato, a gente tem a consciência do dever a ser cumprido. Então, aqui a gente deve fazer uma reflexão um pouquinho maior, tentar entender um pouquinho melhor.

Eu acho brilhante o trabalho que o pessoal das prefeituras tem feito. Realmente, falam que não tem o exercício da lei, mas existe, a gente sente. Quando a gente realmente está na legitimidade do processo, a gente sabe que o peso da lei existe para todo mundo.

Então quero enaltecer o trabalho de todos, da PM, da Polícia Civil, dos agentes fiscais das subprefeituras que estão sempre atuantes, são pessoas engajadas com a população e eu posso falar que eles defendem muito a população, eles realmente estão do lado da população.

E os bares noturnos têm tentado de uma forma heroica entender e melhorar a cada dia um pouquinho e entregar o melhor que a gente tem. Então vamos ficar atentos um pouquinho na clandestinidade, ver como é que esses bares realmente que não estão no processo, e eu estou aqui à disposição, o Sindicato está sempre apoiando qualquer iniciativa de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito obrigado, Sr. Nei.

Sr. César Ferreira, da Associação de Bares Noturnos de São Paulo.

O SR. CÉSAR FERREIRA – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

É um assunto bastante importante, principalmente para mim, como Presidente da Associação Paulista de Bares, Restaurantes e Casas Noturnas. Inclusive, as minhas casas estão na região do Leonardo, Subprefeito de Pinheiros, já estive com o Coronel Marcelo, começou

como cavalaria num evento lá na cavalaria de São Bernardo.

Acho que é um trabalho muito importante que vocês estão procurando para acertar principalmente com as associações de moradores. O que o Deputado Roberto Tripoli falou, acho que tem que ter essa intenção muito forte entre o público e o privado. Mas eu sempre coloco muito uma atenção assim, de um cuidado que a gente teve, isso aconteceu até agora na lei estadual do Não Se Cale, que é a nossa participação também na regulamentação das leis.

Porque hoje a gente vive também um problema que, assim, a lei está aí, existe e muitas vezes no entendimento, se a gente for seguir hoje a Lei do Psiu, a Lei da Incomodidade, a Lei da Uma Hora, acho que se seguir à risca ninguém trabalha depois da uma hora. Então é muito importante como a gente consegue fazer um trabalho para rever isso.

Eu tenho citado muito, desde a pandemia, a gente tem um lado que tem que ressaltar também, acho que São Paulo é a capital da gastronomia, São Paulo para mim tem a melhor noite mundial, então a gente tem que rever isso. Nosso setor é um setor que eu acredito que é um dos setores que mais empregam, então entender como... Eu cheguei, ouvi a fala do Deputado Roberto Tripoli, como a gente conseguir fazer esse casamento entre o público e o privado para chegar a um termo que funcione para todo mundo. Estamos aqui para colaborar da melhor forma possível.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Muito obrigado, Sr. César.

Eu quero perguntar ao nobre Vereador Isac Felix se continua presente e se tem alguma fala, alguma pergunta. Alguém? Vereador Isac continua presente? O nobre Presidente, nobre Vereador Jair Tatto também tem algum questionamento a apresentar? Muito bem.

Quero abrir aos presentes, se quiserem, para trazer alguma sugestão, questionamento ou pergunta. Levante a mão, venha à frente, se identifique ao microfone e faça o seu questionamento, pergunta ou sugestão. Alguém da mesa tem algo mais a acrescentar, por favor? Fiquem à vontade.

Pois não, Coronel, à vontade.

O SR. CORONEL MARCELO GONÇALVES GASPAR – Gostaria só de acrescentar

algo que acabei esquecendo na minha fala. Os maiores problemas que enfrentamos hoje, na verdade, estão nas periferias. Todo mundo aqui acompanha os famosos pancadões.

São situações totalmente irregulares de ocupação da via pública, normalmente abastecidos por uma adega que, provavelmente, também está irregular. Não estamos falando dos bares e restaurantes, como o colega da Associação disse, que são regulamentados, respeitam as normas. O nosso problema hoje tem sido os pancadões, eu estava conversando com o Inspetor.

Na verdade, hoje a gente tem feito um trabalho de ocupação daquele território antes que ele se estabeleça, porque depois de estabelecido a situação fica muito complexa.

Para nós, as operações em conjunto com a Guarda e com a Subprefeitura são muito importantes para tentar ocupar o local, fechar os estabelecimentos, fazendo com que aquele pancadão não inicie. Essa fala é muito importante. Depois que ele estiver estabelecido a atuação pode ser traumática, trazer problemas para todos os lados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Mais alguém?

Desde que fui eleito no primeiro mandato como Vereador, uma das questões que sempre nos preocupou, exatamente por causa de quem eu represento, da instituição que represento, que é a igreja, no início tivemos muitos problemas, trabalhamos junto ao PSIU, exatamente, para remodelar as formas de atuação.

Quero parabenizar esse setor fundamental que criou critérios, modelos e formas, a princípio não de punir. Isso é fundamental, porque todo mundo tem direito a trabalhar, de buscar e lutar pelo pão de cada dia.

No início o PSIU era muito rígido, a atuação era rigorosa, dava-se pouco tempo para as pessoas se adaptarem, inclusive, a minha instituição teve sérios problemas com relação a isso.

Mas, hoje, graças a Deus, não temos esse tipo de problema e eu acredito, também, que os setores de comércio da cidade de São Paulo tiveram esse amparo do Psiu, como não

apenas um órgão punidor, mas um órgão orientador, ajudador, haja vista, a cada ano, quando recebemos a proposta orçamentária, o quanto o setor comercial contribui para a arrecadação do município.

Já repeti isto e falo isto com muito prazer e com muita alegria: a previsão de arrecadação para este ano está em torno de 107 bilhões. Isso é prova de que o povo de São Paulo trabalha. O serviço realmente é uma boa parte que contribui com essa arrecadação da cidade de São Paulo. Nós ainda não recebemos a peça orçamentária. Não temos a previsão para o ano seguinte. Acredito, também, que vai aumentar, exatamente porque o setor de serviços está funcionando, produzindo e ajudando no crescimento da nossa cidade e do nosso estado.

Então, eu tenho acompanhado com muito critério esse trabalho e, em tudo que for necessário para contribuir para a melhoria do projeto, estou à disposição. A Comissão de Finanças se coloca, também, à disposição, para que os senhores façam sugestões sobre o que possa, ainda, apresentar melhorias nesse projeto, para que, cada vez mais, esse setor tenha a sua representatividade, com justiça e qualidade. Então, é muito importante a participação de todos os senhores, a colaboração de todos os senhores nesse sentido.

Eu agradeço, de todo o coração, a compreensão de todos e a participação nesta audiência pública.

Mais alguém deseja falar alguma coisa, antes que eu faça o encerramento? (Pausa)

Amanhã, a Comissão de Finanças e Orçamento realizará audiência pública para debater o PL 448, de 2023, de autoria do Executivo, Ricardo Nunes, que dispõe sobre a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano dos imóveis que especifica. É a respeito do problema que já enfrentamos, há muito tempo, na cracolândia. Será às 11h, no Salão Nobre Presidente João Brasil Vítá, que é este recinto.

No mais, agradeço a presença de todos os senhores.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro realizada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.